ANAIS DO
V ENCONTRO DE
PESQUISA JURÍDICA
O DIÁLOGO ENTRE A SOCIEDADE,
O ESTADO E A CONSTITUIÇÃO –
SÉRIE ESPECIAL:
O DIREITO E AS NOVAS TECNOVOLOGIAS
Anhanguera

UMA NOVA REALIDADE JURÍDICA

Autor(res)

Claudia Francisca Dos Santos Muniz
Luciana Calado Pena
Carine Silva Diniz
Habib Ribeiro David
Geovana Luiza Dias Pacheco

Categoria do Trabalho

Trabalho Acadêmico

Instituição

FACULDADE ANHANGUERA DE RIBEIRÃO DAS NEVES

Introdução

A revolução digital transformou diversos setores da sociedade, incluindo o sistema jurídico. Esse movimento foi acelerado pela pandemia da COVID-19. Com a necessidade do distanciamento social, a tecnologia deixou de ser usada de forma amadora e começou a ser necessária e utilizada de maneira responsável e profissional. A implementação de processos eletrônicos, o uso da inteligência artificial para a análise de jurisprudências, o acesso à justiça, as atuações dos advogados e a proteção dos direitos no ambiente virtual se tornaram discursos atuais. Este trabalho explora como a tecnologia se relaciona com o Direito, apontando os avanços, desafios, objetivos e os resultados decorrentes dessa interação, especialmente a partir das mudanças impostas pelo contexto de uma pandemia mundial.

Objetivo

Analisar o reflexo da evolução da sociedade no Direito, impulsionado por uma crise pandêmica, bem como os direitos assegurados pela Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), que assume um papel de destaque ao estabelecer limites para a captação, acesso, compartilhamento e a utilização de dados pessoais.

Material e Métodos

Este trabalho foi desenvolvido a partir de um marco temporal específico que afetou diversas áreas: a pandemia, que também impactou o Direito. Ela acelerou o processo de introdução da tecnologia e do digital na justiça. A análise de legislações, como a Lei Geral de Proteção de Dados, promulgada em 2018 e que entrou em vigor em 2020, foi essencial. Similarmente, em 11 de março de 2020, a COVID-19 foi caracterizada pela OMS como uma pandemia. Artigos acadêmicos, relatórios institucionais e de doutores e mestrandos em Direito, que não apenas discutem teoricamente o assunto, mas também acompanharam a implementação da tecnologia na justiça, além de publicações jornalísticas sobre a transformação digital no âmbito jurídico, foram fundamentais para a formação deste trabalho. Utilizou-se a análise documental para examinar legislações, decisões judiciais e relatórios. Aplicou-se o método comparativo, visando identificar as mudanças nas práticas jurídicas antes e depois da pandemia.

Resultados e Discussão

A adoção de tecnologias foi acelerada e mantém sua eficácia até os dias atuais.
Com o distanciamento social, aumentou-se o uso de audiências virtuais, peticionamentos digitais e processos eletrônicos, tornando-se mais comuns nas análises de jurisprudências e organização de processos.
Apesar de seu impacto positivo, da celeridade e eficácia jurídica, o uso dessas ferramentas tecnológicas no direito ainda enfrentam desafios, tais como a capacitação de profissionais, a fim de garantir que todos tenham acesso à justiça de forma clara e justa. Além de atualização de leis e criação de regras claras para o uso ético da inteligência artificial, o que, consequentemente, aprimora essa relação de confiabilidade e ética.
Inquestionável é que a pandemia, apesar de ter sido um dos cenários mais assustadores e instáveis vividos em 2020, foi um grande impulsionador da transformação digital no Direito, trazendo melhoras e tornando o sistema jurídico mais eficiente e acessível.

Conclusão

As novas tecnologias adotadas tornaram a justiça mais ágil, acessível e transparente. Mas é fundamental que os desafios relacionados à ética, segurança e inclusão digital sejam enfrentados com responsabilidade para que esses avanços realmente tragam benefícios duradouros, construindo assim um sistema de justiça mais moderno, justo e garantindo que todos tenham seus direitos protegidos, independentemente das mudanças tecnológicas.

Referências

BRASIL. Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/L13709.htm>, BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Webinário A aplicação da Lei Geral de Dados Pessoais no cotidiano do Poder Judiciário e do STJ. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=uhLLtb2AINM, https://www.jusbrasil.com.br/artigos/lei-geral-de-protecao-de-dados-diretrizes-e-implicacoes-para-uma-sociedade-pandemica/1810107891.